



SUMÁRIO

EDITORIAL

Regina Steffen 2

ARTIGOS E ENSAIOS

A PASSAGEM AO ATO... ANALÍTICO

Regina Steffen 3

NÃO HÁ SUJEITO DO ATO

Walkiria Helena Grant 11

OS QUANTIFICADORES LÓGICOS EM LACAN

Carlos Serafim Martinez 18

O ANALISTA EXISTE?

Regina Steffen 34

EDITORIAL

A presente edição d'aCarta convida à uma reflexão das ideias desenvolvidas na ACP durante o ano de 2012, em torno do tema do ato analítico, na tentativa de definir o que constitui a “**Passagem ao ato... Analítico**” e sobretudo, situar suas consequências: o final da análise, a constituição do analista, o sujeito advertido, a sublimação...

A esse ponto nos conduziram os temas que nortearam nossas atividades de estudo nos três anos anteriores.

Em **2009**, uma primeira aproximação do conceito de **Ato Analítico**, levou-nos ao tema do gozo pela presença do objeto *a* como constante no ato que, rompendo as coordenadas simbólicas, roça o real.

O ano de **2010** foi então dedicado ao **Gozo**, o que nos abriu as portas do real e de seu gozo mortífero, obrigando-nos a avançar nessa direção.

“**Mais...ainda gozo**”, tema que nos serviu de referência em 2011, tornou evidente que considerar a clínica pelo viés do real nos conduz para além dos impasses que a dimensão simbólica por si só não chega a resolver. Foi desse modo que Lacan avançou para além de “rocha da castração”, elevando a clínica freudiana à dignidade de sua envergadura teórica.

Aqui chegados, uma questão se impôs como inevitável: como atingir o real pela via do simbólico? Apenas a lógica permite essa abordagem. Nada há na realidade que permita tocar a dimensão real do inconsciente. Que lugar ocupa o analista nesse ato de estofo lógico? Qual a essência da passagem ao ato analítico?

Diferentemente do primeiro momento (no ano de 2009) no qual o ato analítico foi abordado em seu caráter conceitual, agora o retomamos em sua dimensão clínica, aquela que possibilita a refundação subjetiva e convoca a sublimação como um saber- fazer com o gozo.

Os textos que aqui seguem testemunham o percurso que empreendemos nessa “**Passagem ao ato... Analítico**”.

Regina Steffen – Comissão de Ensino.



A PASSAGEM AO ATO... ANALÍTICO ¹

Regina Steffen

O tema escolhido para nortear os trabalhos deste ano na ACP - “Passagem ao ato... Analítico”- arrasta consigo um equívoco desconcertante ao sugerir uma equivalência estrutural entre a passagem ao ato e o ato analítico. Estes são conceitos opostos no que se refere aos efeitos sobre a estrutura desejante subjetiva. Onde há passagem ao ato certamente não houve análise. Por outro lado, onde há ato analítico não se espera que o sujeito passe ao ato.

Diante de um tal tema torna-se inevitável perguntarmos: “O que se quer dizer com isso?” Essa pergunta revela que dizemos mais do que falamos, mostrando também que o que se diz é diferente do que se fala.

Há uma dimensão significativa que prevalece nesse tema, obrigando que mais seja dito para que o significado se esclareça. É isso que o analista faz quando convoca o analisante a continuar falando.

O analista presta atenção ao que não é óbvio e sabe que o equívoco acerta no alvo. Essa confirmação foi feita por Freud na análise a que ele submeteu os atos falhos que cometemos no cotidiano. O ato falho se apresenta numa irrupção que nos atropela, escancarando a divisão subjetiva. “Quem disse isso que eu não pretendia dizer e não estava pensando?”, questiona-se o sujeito diante do lapso.

Todos os lapsos que cometemos no cotidiano nos pegam de surpresa e mesmo quando nos desconcertam, nós os tratamos como simples equívocos que não

¹ Texto apresentado pela autora na Aula Inaugural das atividades da Associação Campinense de Psicanálise (ACP), em fevereiro de 2012.

merecem nenhuma atenção. Freud, no entanto, dá aos lapsos um lugar de destaque na clínica da psicanálise e os denomina *atos*.

Um ato é uma ação significativa e como tal implica o sujeito e o desaloja. Dizer que o ato é uma ação significativa implica dizer que é uma ação do significante, ou seja, trata-se do significante em seu movimento de articulação segundo as leis que ordenam o conjunto simbólico, e cujo efeito é o sujeito deslizando sob essa cadeia. Sempre que uma articulação significativa se produz, o sujeito se desloca na cadeia sendo desalojado da posição que ocupava anteriormente. Quando há ato o sujeito não é mais o mesmo que era antes. Um exemplo disso foi trazido por uma analisante quando contava sobre seus amores adolescentes. Ela se lembra de um namorado que teve, chamado Pedro. Diz que gostava de Pedro, mas não muito. No entanto, o namoro seguia e ela muito carinhosamente começou a chamá-lo de Pedrinho. Aos poucos, sem que se desse conta, foi mudando para Pedinho; primeiro na intimidade e depois em público, em alto e bom som. Um dia Pedro lhe pede para não chamá-lo mais assim porque isso o constrangia muito. Ela não entende por que. Afinal, é uma forma muito carinhosa de tratá-lo. Ele lhe explica que a entonação na qual ela o diz soa como peidinho. Estarrecida, ela reconheceu a possibilidade desse equívoco e não o chamou mais assim, nem pensou mais nisso. No entanto, a observação do namorado ao denunciar o equívoco (o ato falho que a namorada cometia) escancarou uma verdade da qual não podiam mais fugir e que os posicionou diferentemente quanto ao que acreditavam representar um para o outro. O ato falho dela expressava uma verdade que ambos conscientemente ignoravam, mas que já não podiam negar.

Esse pequeno exemplo mostra que um ato falho fala por si e o faz através de um lapso, um tropeço que surpreende o sujeito. Tal estrutura serve de paradigma para considerações sobre o ato analítico. Também ele radica na fecundidade do equívoco capaz de reposicionar o sujeito.

Lacan define o ato analítico como sendo o ato que faz o analista. Essa definição aparentemente tautológica pode ser entendida em seu duplo sentido, sendo tanto o ato que o analista pratica quanto aquele que o constitui ao promover a passagem do analisante à analista.



A perspectiva do ato falho como um *ato que fala por si*, surpreendendo o sujeito com um saber que ele desconhece (um saber sem sujeito), permite um entendimento mais apurado do ato analítico que assume então um sentido unívoco: quem produz o ato é o analista que por esse ato se constitui, ou seja, o ato analítico não é o fazer do analista *ou* a sua constituição, dependendo de como se o considere. Ele é *fazer que constitui* - no mesmo ato, ao mesmo tempo.

Sob esse prisma o analista é o analisante passando ao ato... analítico, e isso não apenas no ponto do final de sua análise, mas a cada vez que um ato analítico se faz. Essa passagem de analisante à analista se dá pelo trabalho de transferência, dimensão na qual a transferência representa a colocação em ato do inconsciente, promovendo sua abertura.

A expressão “trabalho de transferência”² propõe uma equivalência do trabalho que a transferência realiza com o conceito de trabalho do sonho proposto por Freud para explicar o modo pelo qual o sonho é elaborado.

Quando a transferência opera na dimensão do trabalho inconsciente, ela promove a abertura do inconsciente, transferindo para ele o trabalho de análise. Freud observa que a transferência se apresenta em duas dimensões: uma que inviabiliza a análise (o amor de transferência) e outra que a torna possível. Muito embora o amor de transferência represente um empecilho à análise, constituindo obra da resistência, a análise só é viável *na transferência*, uma vez que esse dispositivo é o único que permite o acesso operacional ao inconsciente. O que permite a ultrapassagem do amor de transferência para a dimensão na qual a análise se faz é o manejo da transferência determinado pelo lugar que o analista ocupa no laço transferencial. Lacan denominará *transferência de trabalho* a dimensão em que a transferência é interpretante, em contraposição àquela em que é resistente (amor de transferência). A transferência, porquanto transferência de trabalho, não preside apenas a prática clínica, observa Lacan que destacará também seu papel relevante na produção teórica da psicanálise. A transferência de trabalho é o

² Harari, R. *Uma Introdução Aos Quatro Conceitos Fundamentais de Lacan*. p.94.

motor do funcionamento do cartel, parte que na formação do analista atende à sua formação teórica. Com isso fica evidente que o saber psicanalítico não é transmitido ao modo da transmissão do saber acadêmico. A transferência de trabalho supõe a destituição do sujeito suposto ao saber: nada de mestre aqui. A produção do saber está agora a cargo do saber inconsciente, para onde o trabalho foi transferido. O agente não é mais o sujeito, mas o próprio saber inconsciente. Penso ser importante observarmos o conceito de transferência de trabalho. É frequente uma leitura apressada levar a um duplo equívoco: haveria duas transferências: uma de trabalho, outra clínica. Outro equívoco reside no entendimento desse conceito como simpatia ou afinidade que nos aproxima mais de uns do que de outros, favorecendo e propiciando o trabalho entre analistas, devendo, portanto, ser observada atentamente nas instituições psicanalíticas. Confundir a transferência de trabalho com afinidade ou simpatia, reintroduz a dimensão amorosa da transferência, com seu caráter de resistência que promove o fechamento do inconsciente. Acreditá-la específica do trabalho teórico entre analistas, como uma espécie de correspondente da transferência clínica, é partir do princípio de que analisar e produzir teoria em psicanálise são artes de naturezas diferentes. Desse modo e sem nos darmos conta, postulamos a transmissão acadêmica do saber da psicanálise. Em vez de duas transferências, o que se observa são duas posturas diferentes do analista no laço transferencial. O analista pode assumir uma posição que reforça o caráter imaginário do amor de transferência, promovendo o fechamento do inconsciente, ou pode permitir sua abertura pelo trabalho de transferência que põe o inconsciente em ato.

Com a *transferência de trabalho* estamos no cerne de um ato: uma ação significativa que desaloja o sujeito, reposicionando-o. O desalojamento do sujeito, representado pela destituição subjetiva que o ato impõe, permite o estabelecimento da similaridade estrutural com a passagem ao ato.

A passagem ao ato, cujo maior representante é o suicídio, constitui-se num ato intempestivo, caracterizado pelo total *apagamento do sujeito*, que justamente passa ao ato pela impossibilidade de falar, de encontrar um significativo que o represente no Outro. O sujeito passa ao ato retirando-se da cena da linguagem,



completamente identificado com o objeto perdido, caído. Ali não há mais sujeito, apenas objeto que cai. Confrontado com uma ponta do Real que não encontra representação possível na linguagem, para a qual o sujeito não surge como sentido, ele pula fora do fantasma - sai da cena. Aqui o sujeito desaparece através de uma colagem total com o objeto.

O ato analítico igualmente opera uma destituição subjetiva, também pondo em cena o objeto. Entretanto, diferentemente da passagem ao ato, o efeito que ele provoca é o corte entre sujeito e objeto. Diante do Real que o ato deixa vislumbra, o sujeito separa-se definitivamente do objeto, assujeitando-se à verdade de uma perda definitiva. Ele também desaparece da cena fantasmática, porém em vez de pular fora, a atravessa.

Na passagem ao ato, a angústia do desamparo frente ao Real produz uma identificação maciça do sujeito com o objeto. O sujeito desaparece, pulando fora da cena do fantasma.

Na passagem ao ato analítico, a confrontação com o Real que o ato provoca não deixa de mobilizar a angústia, porém a linguagem preside a cena e não abandona o sujeito como no caso da passagem ao ato. O ato analítico é de natureza a produzir corte e não colagem, e desse modo, o sujeito atravessa o fantasma em vez de pular fora dele. Isso significa que ele desaparece, mas não deixa a cena do mundo. Pelo contrário, ressurgem renovados em sua estrutura desejante. Ele agora é autor, capaz de atos. Se a passagem ao ato cola, o ato analítico separa. Lacan observa que etimologicamente *separar* partilha a mesma raiz latina que *parir-se*. Pelo ato analítico o sujeito separando-se, *pari* a si mesmo.

Agora não lhe resta senão fazer o luto do objeto do qual foi separado, substituindo-o por outro, qualquer outro, muitos outros. A sublimação apresenta-se como resolução do atravessamento do fantasma. Tendo atravessado a estrutura que oferecia uma ilusória possibilidade de encontro com o objeto do desejo, o sujeito, agora separado dessa possibilidade, inventará. De assujeitado a um objeto privado, passa a autor de uma obra que circula pelo laço social e da qual se separa reiteradas vezes. Um gozo que até ali estava obturado, impedido de ser

dito, foi nomeado pelo ato do analista e, sublimado, se expressa. A sublimação é expressão de gozo, gozo castrado.

Ali onde a passagem ao ato coloca ponto final na trajetória subjetiva, a passagem ao ato analítico propõe reticências. O sujeito suposto ao saber é destituído e se acomoda na posição de efeito de sentido. Em lugar da identificação com o objeto, o sujeito faz semblante dele. O analista, como o poeta, também é um fingidor. Ele finge ser o objeto e isso confere à sua posição certa feminização, uma vez que simular o objeto é destino feminino. A mulher se fantasia do objeto, com o que provoca o desejo. O analista produz um simulacro do objeto para convocar o sujeito barrado, separado do objeto, desejante. Embora semelhantes, as posições do analista e da mulher, são totalmente diferentes. A sublimação é o ponto dessa diferença. A mulher não sublima, afirmava Freud, com o que despertou a ira de feministas e de todos os que não entenderam essa afirmação. De fato, a mulher não sublima. Quando ela se traveste de objeto, o faz para despertar o desejo do homem, visando com isso à recuperação fálica. A mulher faz a mascarada do objeto para tentar reverter a castração e finalmente apropriar-se do fálus. Sua finalidade é sexual, fálica, e não sublimada. Trata-se de um movimento totalmente comandado pela estrutura do fantasma. Já o analista, ao ocupar a posição do objeto no laço transferencial, o faz de forma sublimada. Sua finalidade não é sexual, não se trata para ele de recuperar o fálus. Seu ato não visa à anulação da castração, senão que, justamente, à sua reafirmação pela promoção do corte. Aqui ocorre um descolamento do fantasma e seu subsequente atravessamento.

O remanejamento na estrutura do fantasma advinda do ato analítico produz um sujeito advertido, diz Lacan. Advertido da impossibilidade de ser o objeto. A estrutura fantasmática escamoteia essa impossibilidade, ocultando-lhe a verdade. O fantasma é uma montagem construída sobre o real da castração. Sua função é preservar certa margem de ilusão, como se afinal um dia o sujeito pudesse chegar a se definir pelo objeto da falta do Outro. É assim, meio no engodo que o fantasma estrutura o desejo. Presos a essa promessa, claudicamos todos, vida afora... exceto o sujeito que atravessou essa montagem, advertido que está sobre a falácia que o fantasma propõe. Ele está animado por um desejo de outra envergadura: o desejo

do analista. Esse desejo não faz apenas desejar; ele faz ato e sublima o objeto, elevando-o a dignidade da Coisa.

O ato arranca o sujeito de sua posição fantasmática, promovendo o corte definitivo do objeto. O ato analítico abre uma fenda que amplia o universo do desejo. Isso equivale a dizer que a análise constitui uma prática de corte e não de edificação³. A análise que edifica é aquela que constrói sentido como suplência ao que falta. A interpretação corre o risco aqui de seguir numa metonímia sem fim, sempre apoiada numa atuação do analista que se oferece em posição de dar sentido ao paciente. A posição fantasmática não é atravessada, uma vez que sua promessa de recuperação fálica se reforça pela construção dessa fortaleza de sentido, verdadeira rocha intransponível com a qual algumas análises se deparam.

Priorizando a ruptura do sentido estabelecido, a escuta analítica, que opera pelo corte, permite ao sujeito tomar outro rumo, assumir outro sentido e assim se reinventar.

Retomando agora a afirmação de Lacan de que o ato é o que faz o analista, caberia perguntar quem é o analista no ato? Identificá-lo àquele que se senta na poltrona atrás do divã pode não ser tão exato. O analisante é fácil de ser encontrado. Está lá deitado e por atribuir saber ao analista, espera dele a explicação de seu sofrimento, de tudo que está emperrado em sua vida. Normalmente nós o chamamos “paciente”, com o que fica denunciada nossa inconfessa adesão ao modelo da clínica médica. Sendo ele o paciente, o analista é quem sabe como curá-lo. Ser paciente é entregar-se passivamente ao saber do mestre. Se o denominamos “analisante”, já o tiramos da passividade e lhe reservamos algum lugar ativo no processo. Mas ainda tendemos a entender a situação analítica pela distribuição das tarefas da seguinte forma: o analisante fala (associa livremente) e o analista intervém de diferentes modos: escuta, interpreta, constrói e... faz ato. Ao definirmos assim a situação analítica, reintroduzimos a intersubjetividade em

³ Safouan, M. *Dix Conférences de Psychanalyse*. p.94.

seu seio sem nos darmos conta, com todo o risco que isso acarreta para a condução clínica.

Quando se inclui o ato no rol das atribuições do analista, somos obrigados a rever a estrutura pela qual a psicanálise opera. Um ato é ação significativa, comandada por um saber sem sujeito. Então, o analista que faz ato não é a pessoa que está atrás do divã.

O analista é um discurso, não um sujeito. O discurso estabelece o vínculo, determinando as posições de cada um no laço social. O discurso do analista é o tipo de vinculação capaz de precipitar o ato analítico. Nesse discurso, o psicanalista, aquele que se senta atrás do divã, sabe que não é sujeito do ato que por seu intermédio se faz. O ato o ultrapassa e o situa no lugar do objeto, do objeto desde sempre perdido, do qual só é possível fazer semblante. É do lugar de simulacro do objeto que o analista convoca o sujeito, advertido de uma castração sem remédio, a passar de analisante à analista, a passar ao ato... analítico. Nessa passagem a psicanálise é reinventada, ela não é transmitida. Não há transmissão da psicanálise justamente porque não há dois sujeitos a transmitir algo entre si.

Quando a clínica e o estudo teórico se estruturam na dimensão do discurso do analista, o ato analítico se torna possível.

Todo ato revela o Real. O ato analítico convoca o sujeito a assumir o real como sua verdade, respondendo em nome próprio.

Assumir o real como verdade: tal é a passagem que o ato analítico viabiliza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Harari, R. *Uma Introdução Aos Quatro Conceitos Fundamentais de Lacan*. Editora Papirus, Campinas, SP, 1990.

Safouan, M. *Dix Conférences de Psychanalyse*. Ed. Fayard, Paris, 2001.

NÃO HÁ SUJEITO DO ATO

Walkiria Helena Grant

Este trabalho foi pensado a partir das formulações teóricas do Seminário 15 de Lacan, que ainda não teve seu texto estabelecido. Esse Seminário teve a 1ª aula proferida em 15/11/1967 e foi interrompido em 27/3/1968 em função da greve convocada pelo Sindicato do Ensino Superior, em Paris, que resultou na Revolução de maio de 1968. Essa greve expandiu-se pelo mundo e vivemos suas consequências no Brasil marcadas pela revolta estudantil e do operariado, num contraponto a um governo militar e repressivo, cujo presidente era, nessa época, o General Artur da Costa e Silva. Destaco que ali onde Lacan vinha construindo um saber sobre a questão do “Ato Psicanalítico”, deparou-se circundado por uma Paris em que passagens ao ato, *actings out*, mas também verdadeiros Atos inscreveriam mudanças na ordem política mundial. Na literatura freudiana deparamo-nos com análises de casos em que ele nos fala de passagens ao ato, atos falhos e *actings out*. Mas “estranho par de palavras - Ato Analítico - não tem sido usado até hoje” (Lacan, aula de 15/11/67) e é essa a grande contribuição de Lacan nesse Seminário.

Retomemos o significante ATO na obra freudiana a fim de que possamos jogar luz no novo: o Ato Analítico e o não lugar do Sujeito nesse ato.

PASSAGEM AO ATO

Nomeia certas formas impulsivas do agir (*Agieren*, segundo Freud). Lacan nos fala da passagem ao ato como da ordem de uma saída de cena em que, como numa defenestração ou num salto no vazio, *o sujeito se reduz a um objeto excluído ou rejeitado*. O suicídio seria da ordem de uma passagem ao ato bem sucedido: ato

marcado por uma impossibilidade, para sempre, de construir, pelo sujeito, um “o que isto poderia querer dizer”. O sujeito sai de cena, “pula de uma janela” num correlato a escapar do enquadre fantasmático que traçava os caminhos de sua vida: resta um nada, puro dejetivo. No cap. IX do Seminário da Angústia, Lacan retoma o Caso da Jovem Homossexual e sua *passagem ao ato*, caracterizado no momento em que ela *larga de mão* (*laisser tomber/niederkommen lassen*) e precipita-se para fora da cena. A passagem ao ato é o momento maior de embaraço do sujeito, momento em que ele apareceria apagado, sem condições de continuar a escrita de sua história. A jovem sexual precipita-se no vazio – pula por cima da pequena barreira que a separava do canal em que passava um bondinho subterrâneo em Viena. Em Dora, também podemos pontuar uma passagem ao ato, no momento em que, embaraçada, escuta o Sr. K dizer que sua mulher era nada para ele. O significante “nada” é tomado por Dora como sendo também o lugar que ela ocupa para o Outro e, num momento de embaraço maior - numa passagem ao ato-, rompe uma bofetada na cara do Sr K.

Na passagem ao ato encontramos um enquadre fantasmático que se esgarça, e o sujeito evade-se da cena – *larga de mão*, reduz-se a um puro dejetivo: objeto a.

ACTING OUT

Freud denominou *acting out* uma ação de um sujeito que age sem saber o porquê e relaciona essa ação com o retorno de material recalcado. O *acting out*, termo que reporta ao vocabulário teatral, reproduz um roteiro inconsciente e apresenta uma dimensão transferencial.

No caso da jovem homossexual ressaltamos acima o momento em que ela *larga de mão*, deixa-se cair, precipitando-se no vazio como da ordem da *passagem ao ato*. Mas toda a *mostração* que ela faz nos caminhos de Viena junto a sua dama é da ordem de um *acting out*. O *acting out* implica numa ação voltada para o Outro e uma maneira de dizer algo que ainda não pôde aceder à cadeia significante.



A jovem homossexual, ao mostrar-se junto com sua dama, numa Viena de 1920, no trajeto em que seu pai poderia encontrá-la, tinha algo inconsciente a ser dito: “Veja meu pai, mesmo não sendo homem, sei como fazer gozar a uma mulher”.

Acting out é de ordem sintomática: a demonstração de um desejo desconhecido pelo sujeito e clama por uma interpretação.

ATO FALHO

O ato falho é um ato bem sucedido à medida que a palavra que carregava uma intenção consciente é curto-circuitada por uma força inconsciente e apresenta-se como OUTRA. O ato falho é bem sucedido à medida que o ouvinte privilegiado possa escutar a verdade do que o sujeito queria dizer.

Retomando, de maneira livre, um exemplo dado por Freud no texto *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, imaginemos o presidente do Senado Federal inaugurando os trabalhos da casa dizendo, de maneira solene, ao microfone: declaro *encerrados* os trabalhos desta casa no dia de hoje. Não adiantaria mais se desculpar: tudo o que ele queria, seria a suspensão dos trabalhos naquele momento...

Assim, o ato falho fala de um drible das regras da consciência e da presentificação de uma verdade do sujeito. No ato falho, o que falhou foram os mecanismos conscientes que, supostamente, deveriam manter a verdade do desejo sem expressão.

Nesta pequena apresentação em que pontuamos o uso do significante ATO no campo da obra psicanalítica - passagem ao ato, acting out, e o ato falho -, desde as primeiras obras de Freud, sempre indicando uma verdade do sujeito, causa surpresa Lacan dizer, logo no início do Seminário 15, que “Ato Psicanalítico é um estranho par de palavras que, para dizer a verdade, não tem sido usado até hoje.” (ob. cit. Pg. 3). A leitura do Seminário 15 leva-nos a jogar luz nesta fala de Lacan: uma chave de leitura seria que a direção do tratamento freudiano não era conforme o ato analítico.

ATO ANALÍTICO

O que Lacan entende por Ato Psicanalítico? Como pensar a colocação de que “não há sujeito do ato?”

Para falar do ato, Lacan nos traz a ideia de que “um ato é ligado à determinação do começo e, muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe”. (ob.cit. p. 78). Pensemos na sequência dos dias e noites no início dos tempos: era um suceder contínuo, até que, num *ato*, denominou-se o 1º dia do ano. Esse foi estabelecido segundo o critério dos movimentos aparentes do sol e da lua, vistos a partir da terra. Assim, foi determinado o início e fim de uma contagem de tempo: 1º e último dia do ano, bem como unidades de tempo: dias, meses e a sucessão de anos.

Algo foi nomeado, ali onde existia um *nada*. “Que haja um ato, que seja criador e que esteja lá no começo”. (Lacan, ob cit., p. 78). Assim, Lacan nos traz a ideia de ato como um importante operador na direção da cura: algo capaz de instituir o *novo, o inaugural*.

Aí está uma diferença importante em relação a Freud: nesse, a direção do tratamento tinha como matéria-prima de trabalho a cadeia de palavras ditas, bem como as não ditas pelo sujeito. Em 1937, em *Análise Terminável e Interminável*, nos deparamos com um Freud frente ao rochedo da castração:

A coisa decisiva segue sendo que a resistência evita que apareça qualquer mudança, que tudo continue como estava desde sempre. Com frequência temos a impressão de que com o desejo de pênis e o protesto masculino, temos penetrado através de todos os extratos psicológicos e temos chegado à rocha viva, e que, portanto, nossa atividade chegou ao fim. (1937, pg. 3364)

Diante do rochedo, que a castração constrói, a palavra não mais opera. Como pensar no fim da análise? Qual seria o operador lógico capaz de escrever esse fim, interrompendo o movimento da associação livre? É importante ressaltar que



estamos, ainda, no plano das palavras, mas há que haver um outro estatuto da palavra no final da análise: uma palavra capaz de marcar o ser.

A TRAVESSIA DO RUBICÃO: PARADIGMA DO ATO

Rubicão é trazido por Lacan como o paradigma do ato: o que institui algo da ordem do novo, um novo começo. Retomemos sua história: em 11 de janeiro de 49 a.C. o general e estadista romano Caio Júlio César atravessou o rio Rubicão com seu exército, transgredindo a lei do Senado que determinava o licenciamento das tropas toda vez que o general de Roma entrasse na Itália pelo norte. Esse ato foi uma declaração de guerra civil contra Pompeia, que detinha o poder sobre Roma. Com as palavras *alea jacta est* - a sorte está lançada -, César resolveu voltar com suas legiões à Roma, via Pompeia. Uma vez atravessado o Rubicão, e já em terras romanas, ele sabia que não tinha mais volta. Ou ele e seus soldados tomavam a cidade, ou Pompeia destruí-los-ia. A decisão de César mudou o rumo da história. Antes que ele atravessasse o rio, a tomada do poder por Roma era apenas uma ideia. César atravessou o Rubicão e mudou o curso da história.

A mudança a ser destacada nesse momento é a mudança ocorrida em César: antes era um soldado da República Romana, um instante depois, ao atravessar o Rubicão, torna-se um rebelde. É a essa mudança ocorrida no sujeito, num tempo precipitado que é o da conclusão, que um **ato** sela uma mudança no sujeito: há um antes e um depois...

O ato ocorre numa dimensão em que não há sujeito do ato - é num só depois, que o sujeito apropria-se das consequências do seu ato.

NÃO HÁ SUJEITO DO ATO

A hipótese de **sujeito** está atrelada ao fato de haver um inconsciente estruturado como linguagem. Essa ideia é solidária ao inconsciente como cadeia, ou seja, a um significante que representa um sujeito para outro significante. Falar de sujeito é

estarmos no plano da linguagem: consciente ou inconsciente. O sujeito fala, e ao falar, fala mais do que queria dizer... Mas isso nos leva, ainda, a um saber que, apesar de não sabido, pode vir a aceder ao estatuto de um saber consciente.

A questão do ato nos coloca em outra dimensão: a do pulsional. Ao invés de um $\$$ estaremos diante de um “Sou”. Sou o que deixei de responder a uma posição fantasmática que me mantinha a vida toda respondendo como um bom soldado, como um bom filho... Numa precipitação, Julio César atravessa o Rubicão: e..., diante disto, pôde dizer: “sou isto”!

O ATO ANALÍTICO

Um analista, ao receber um analisando em seu consultório, não pode dizer numa certa sessão: “Algo tem que mudar... Hoje vou fazer um Ato Analítico”, interrompendo o sofrimento sem fim deste sujeito!

O Ato analítico tem o estatuto, sim, de uma intrusão do analista na vida psíquica do sujeito, autorizado pelo lugar que ocupa na relação transferencial, tal qual Velázquez entrando no quadro “As meninas” de sua autoria. Do lado do analista, esse entra em cena, autorizado pela relação transferencial, ocupando lugares das cartas marcadas na vida do sujeito e de sua verdade, e, desse lugar, produz movimentos, releituras, uma nova visada! No limite, sabemos que o analista que ocupava o lugar do suposto saber, suporta também ser reduzido à condição de dejetivo no trabalho transferencial. Com Lacan, no Seminário XV, podemos formalizar que o Ato Analítico só é possível quando o agente possa colocar-se no lugar do nada, de um dejetivo, a fim de que o Outro, o analisando, possa, finalmente, ocupar a posição de sujeito do seu destino. Que possa ter a caneta e o papel nas mãos e escrever sua estória: sempre marcada por certo estilo, único e seu.

O ato analítico só tem valor de ato num só depois... “O ato vem no lugar de um dizer pelo qual ele muda o sujeito” (Quinet, 2002, p.105). Nesse texto, Quinet ressalta que a destituição subjetiva e a travessia da fantasia criam a condição da possibilidade do ato analítico, uma vez que nesse não há sujeito dirigindo um ato.



Só sabemos do estatuto do ato, num só depois... É num só depois, que o analista, ao escutar as mudanças ocorridas num analisando, poderá interrogar-se sobre o que fez, sobre o que falou e assim, à posteriori, nomear como ato analítico a intervenção feita...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREUD, S. (1937). Analisis Terminable e Interminable. In: *Obras completas*. Trad. Lopes - Ballesteros y de L. Torres. 3ªed. Madrid: Biblioteca Nueva, p. 3339-3364.

LACAN, J. *Seminário XV*. Notas de Curso. 1967-1968.

QUINET, A. *As 4+1 Condições da Análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

OS QUANTIFICADORES LÓGICOS EM LACAN

Carlos Serafim Martinez

*O ato em si não pode funcionar como predicado. Para imputar o ato ao sujeito que ele determina convém reformular com novos termos toda a *Yinvento medii*: é nisso que se pode colocar à prova o objeto a.*

Que podemos dizer de todo psicanalista, a não ser para evidenciar que ele, ao mesmo tempo, é nenhum?

Se, por outro lado, nada pode fazer com que exista um psicanalista senão a lógica cujo ato se articula em um antes e um depois, está claro que os predicados assumem aqui o domínio, contanto que eles sejam ligados por um efeito de produção.

Se o psicanalisante faz o psicanalista, ainda assim nada é acrescentado [nenhum ser], exceto a fatura. Para que seja devida, é preciso que nos assegurem que há do psicanalista, e é isso a que responde o objeto a.

O psicanalista se faz de objeto a. Se faz, a entender: se faz produzir; do objeto a: com o objeto a.

Essas afirmações roçam demais o lugar onde parecem tropeçar os quantificadores lógicos, para que não tenham esgrimido seu instrumento. Sentimos o ato analítico deixar em cacos a captação no universal a que é seu mérito não satisfazer.

Pois o que esse ato discerne é o caroço que faz o oco do qual se motiva a ideia do todo, ao circunscrevê-la na lógica dos quantificadores.

Este trabalho teve como objetivo primeiro favorecer uma leitura do seminário 15, no que diz respeito ao uso que Lacan faz dos quantificadores e da lógica que o fundamenta. Mas são elementos de base para a leitura dos seminários do início dos anos 70 e de textos como *L'etourdit*. A leitura de *Le Gaufey* também sai beneficiada. É um recorte que não decide o sentido a ser dado a essas leituras.



Este sentido precisa ser conquistado no esforço de cada um, mas posso afirmar, a partir da experiência de prepará-lo que o viés, de uma leitura que privilegia os quantificadores, pode produzir uma leitura muito interessante e surpreendentemente ágil do seminário no conjunto das 8 lições que vão de 24 janeiro a 20 de março de 1968. O que se buscará aqui se restringe, até certo ponto, a favorecer uma clareza sobre os instrumentos lógicos em uso.

Para fazer um percurso que diga dos quantificadores na obra de Lacan, especialmente no Seminário 15, é importante fazer um preâmbulo para situar a relação de Lacan com Aristóteles e com o trabalho de Peirce e de Frege por razões que vou explicitar a seguir. Na elaboração de Peirce alguns relevos se evidenciam na articulação entre [quantificadores] e [função] (relevo aqui é no sentido material do termo, poderíamos falar em degrau, passagem, salto, algum termo que indique uma mudança de registro). Aristóteles é importante por retomar a relação da lógica com a linguagem que a lógica moderna tenta anular.

PREÂMBULO:

Podemos adiantar que Lacan não reivindica nenhum lugar nem na lógica de Aristóteles, nem na lógica moderna e os problemas para seus leitores ao se defrontar com aspectos formais que se apoiam na lógica e na matemática são problemas de mais de uma ordem. Eles não se resolvem com a informação sobre como esses conceitos são manejados no campo de origem, seja a filosofia, seja a matemática. É importante reconhecer que Lacan assumiu claramente que o modo como ele usa a lógica tem uma especificidade imposta pela psicanálise. Se há algo que é dito uma infinidade de vezes no seminário da Lógica da Fantasia e destacado por Miller em um artigo na mesma época, A sutura, é que há que se distinguir uma lógica dita *logicienne* (própria ao campo da Ciência), e uma lógica do significante.

A primeira produz um apagamento progressivo do sujeito, enquanto a lógica do significante o preserva. Na verdade, é mais que isso, pois ali se diz que a lógica significativa dá o lastro da lógica formal mas cai fora de sua jurisdição e o trabalho de Lacan vem no sentido de “incluir na estrutura a falta que ela mesma produz”.



Como Lacan se situa entre Aristóteles e os lógicos modernos?

Em Aristóteles, aspectos linguageiros intervêm na construção de suas proposições ao passo que a ambição da lógica moderna (refiro-me a Frege e Peirce) tende a desaparecer com o sujeito.

É verdade que Lacan é muito cuidadoso com as palavras ao perguntar *quem, o quê pode ser dito psicanalista*, ao evitar colocar em termos de ser. O que pode ser dito x é diferente do que pode ser x . Mas psicanalista está na posição de um atributo, de uma qualidade, ou, para o que nos interessa, de uma predicação. Penso que Lacan não se desembaraça muito rapidamente da estrutura de proposição aristotélica, e exerce sobre ela uma espécie de atrito com a estrutura de proposição que usa instrumentos de uma linguagem formalizada, os quantificadores.

Então de um lado temos Aristóteles com seu quadrado lógico de proposições no formato [sujeito, cópula, predicado] e de outro Frege e Peirce com os quantificadores.

Isso significa tomar o sujeito aristotélico com seus atributos como o sujeito do significante? Não, de forma alguma.

A questão talvez possa se resumir em um posicionamento de Lacan que denota sua diferença radical em que faz valer o poder do negativo, do nada, em um esforço que podemos dizer hercúleo de manter hiante o intervalo, hiância sempre ameaçada de recobrimento sobre a qual tudo trabalha na tendência de fazê-la fechar. Tal hiância só é verdadeiramente demonstrável, **e mesmo assim com dificuldade**, com o apoio da letra. Em Lacan, a letra não tem relações subalternas com outros termos da linguagem. No seminário da Identificação ele afirma que a fala não cria a letra, mas a lê, e no seminário, mais ainda, na lição de 16 de janeiro de 1973 há uma série de referências nesse sentido.

Não é a toa que guardadas as divergências do projeto lacaniano com o projeto fregeano, que tenta salvar os poderes da produção de um sentido totalizante, Lacan devota uma admiração indisfarçada a esse lógico. Frege permite a Lacan

encontrar um modo vigoroso de poder se arriscar em uma transmissão fora do sentido. Porque é Frege quem trabalha com uma formalização da linguagem matemática onde elementos da intuição, da realidade imediata, do imaginário, diríamos, são dispensados.

Se existem aproximações numa “objetividade” entre Frege e Lacan, na materialidade lógica, há pontos de divergência brutais e um deles está justamente nesta relação entre significante e significado. Frege pretende que em algum ponto esta distância se resolva, e que o significado se reúna ao significante, ao fim de uma sistematização. É nisso que podemos ver a obliteração de um hiato, a dissolução do sujeito enquanto puro corte.

Por outro lado, para o analista lacaniano, a noção de cadeia significante permite experimentar um funcionamento livre de compromissos pareados com o significado, dado que o significado pode ser tratado como um efeito do significante, não um termo estrutural imediatamente ligado a ele. Para Lacan essa distância é irremediável e é tarefa analítica defender essa espécie de trincheira, onde o sujeito vem como o que falta ao significante para que o Outro pudesse ser Um.

*

Com Frege há portanto uma ultrapassagem do esquema aristotélico [sujeito, cópula, predicado] para a relação [função-argumento].

Argumentos são os x que caem sob os quantificadores (todo x , algum x) e sob a função, os ϕ de x , cuja ambiguidade com o ϕ da função fálica me parece importante reter.

Frege torna dispensável a ideia de um sujeito identificável, uno e indivisível e toma as proposições nos termos de uma relação entre um argumento variável referido a uma função, elemento estável (a função é fálica) mas incompleta (diferentes x se inscrevem sob sua ordem). Podemos adiantar que Lacan toma os x como não completamente articulados por essas funções. É possível cair sob a função fálica

sem ser inteiramente definido por ela. Ou seja, é possível objetar ao desaparecimento do sujeito.

Como é o ponto de partida do cálculo proposicional que Lacan vai abordar primeiro no seminário da identificação na lição de 17 de janeiro de 1962?

Aristóteles constrói seu quadrado de suas proposições AEIO.



Afirmção Universal	A	todo S é P	
Negação Universal	E	todo S é não P	
Afirmção existencial	I	algum S é P	
Negação existencial	O	algum S é não P	

Regra das contrárias: Duas proposições contrárias não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo.

Regra das contraditórias: Duas proposições contraditórias não podem ser nem verdadeiras nem falsas ao mesmo tempo.

Regra das sub-contrárias: Duas proposições sub-contrárias não podem ser ambas falsas ao mesmo tempo.

Para abordar este todo [A], nenhum [E], algum [I] e algum que não [O], Lacan vai primeiro situar seus instrumentos de abordagem. Não é mais o tempo de Descartes, com um Outro-lugar ocupado por um deus que garante a verdade. Porque com Frege e com a teoria dos conjuntos, temos a potência da letra. O 1 se produz a partir do 0, como efeito de uma inferência lógica, e esse apoio nos permite dispensar causalizações psicológicas do sujeito.

RASURA DE TRAÇO ALGUM QUE SEJA ANTERIOR?

A negação, então, nesse caso não se refere a alguma coisa previamente existente. Não presentifica sob forma negatizada a ausência de algo que estava ali. Aqui entra em jogo a discussão tantas vezes encetada por Lacan sobre a negação no francês, com *ne* e *pas*, operações que não se confundem, sendo uma discordancial e a outra foraclusiva. Quando Lacan trabalha esses exemplos ele quase sempre está tentando mostrar que o sujeito do enunciado não se confunde com o sujeito da enunciação, sempre evanescente em torno de alguns pontos privilegiados do discurso.

O acesso ao lugar do sujeito, enquanto lugar vazio, varrido do Outro, não se dá sem um profundo reviramento no campo do negativo, coisa a se testemunhar na prática cotidiana das análises.

Condizente com isso, Lacan cava sua boa oportunidade ao trazer as potências da negatividade para dentro das proposições aristotélicas, mas já se valendo da ideografia dos quantificadores.

Ele vai trabalhar com as proposições formuladas em sua forma negativa.

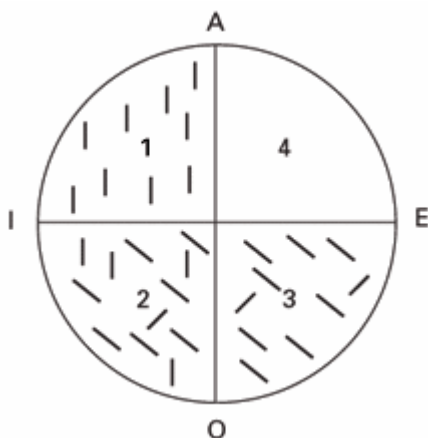
Universal Afirmativa	A	todo S é P	Nenhum S que não seja P
Universal Negativa	E	todo S é não P	Nenhum S é P
Particular Afirmativa	I	algum S é P	Não todo S é não P
Particular Negativa	O	algum S é não P	Não todo S é P

Na questão do não todo, uma discussão importante se inaugura. Para Aristóteles não se concebe que o todo seja negado, porque só é negável o ser, cada caso. A totalidade por não especificar uma..., alguma existência, não suportaria uma negatividade lógica de existência. Esse [não todo] não é aristotélico.

Entre negar a categoria da universalidade e negar no nível do algum, da existência há uma passagem a ser considerada.

E além da questão de o todo suportar ou não a negação, as operações de negação de um campo e outro (sujeito/predicado) também não são da mesma natureza.

Lacan considera que o quadrante de Peirce pode trazer rigor e elegância para a elaboração.



O quadrante traz como sujeito o traço e como predicado o vertical.

A primeira coisa para a qual ele quer trazer visibilidade é que a oposição universal-particular e a oposição afirmativo-negativo não são de uma mesma natureza.

Nesse seminário (da Identificação) essas oposições são nomeadas, a primeira de lexis e a segunda de fasis.

Na lexis o que há é uma “escolha significativa”. Na fasis há algo que aqui se propõe como uma fala, por onde, sim ou não, eu me engajo quanto à existência desse algo que é posto em causa pela lexis primeira. Nada disso deve ser entendido, conforme advertência prévia do próprio Lacan como um processo de origem, mas sim de determinação da posição do sujeito. Está em jogo aqui, mais uma vez, a questão de uma sequência, onde o que faz agir o ser pode ser situado em separado do lugar do significante.

O traço vai ser colocado em causa quanto à sua existência só depois de seu registro simbólico. E esse traço pode faltar, não estar, não se encontrar. Essa falta, significativa, pode ser tocada se olharmos para o que se passa na casa 4, onde não há nada. Trata-se de preservar os direitos do nada, vai dizer Lacan (p. 180), ao referir-se a essa casa como a casa do sujeito.

A casa do sujeito é a casa onde as duas universais estão obrigadas a dividir seus casos com o zero, onde compartilharão um igual resultado. A universal afirmativa pode ser verdadeira em conjunto, ao mesmo tempo que a universal negativa, sem se colarem uma na outra. A dupla negação de uma formulação do tipo [não s que não seja p] não produz afirmação de existência do que quer que seja.

A posição onde o sujeito pode ser rodeado não se suporta diretamente dos casos particulares (do alguns que são e do alguns que não, casas 1, 2 e 3 do quadrante)

Isso tudo está no seminário da identificação.

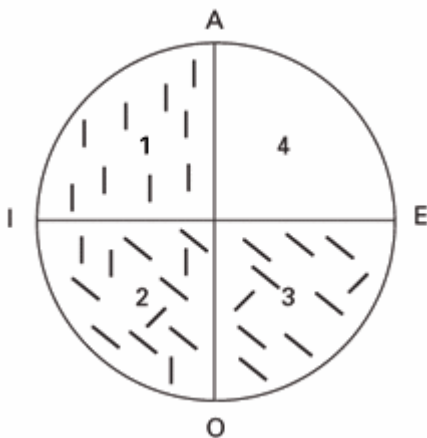
No seminário do ato, como ele vai entrar na questão dos quantificadores? A questão do ser será importante nesta discussão, com os quantificadores. Como Lacan fala do ato analítico? É um ato ligado à passagem de analisante para analista, e vai impor seus embaraços quanto ao modo de perguntar sobre o analista. A pergunta “o que é um analista?” pode ser colocada sem mais nem menos?

Ao apresentar esse ato, ele o diz como algo do qual ninguém poderia se outorgar um poder de mestre. Toma como princípio que é preciso referi-lo à sua estrutura

lógica, para conceber corretamente o que se passa no âmbito delimitado da psicanálise e faz uma vez mais um esforço para se livrar de uma concepção que jogasse com o ato que fosse de uma pessoa. Nesse caso não estaríamos mais no âmbito de uma lógica, sob a qual o signo do vazio pudesse ser colocado em um valor mais pleno e algo essencial ao domínio da psicanálise se perderia na “superabundância do ser”.

Aqui existe esse problema já apontado, de situar Lacan no âmbito que lhe é próprio, e que não é o âmbito da matemática e é importante marcar que isso não é uma simples informação. Isso tem uma relação com a posição que o analista deverá eticamente ocupar. Lacan apresenta na lição de 24 de janeiro, os quantificadores como alguma coisa que tem um inconveniente: o de não se traduzirem na linguagem. Mas há nisso “carência inteiramente eficiente”. Lacan defende que a posição do analista é uma posição que não pode deixar escapar a junção entre gramática e lógica. “Teremos que elucubrar sobre a disponibilidade do significante no lugar do sujeito suposto saber e isso talvez nos leve a essa junção entre gramática e lógica”.

O quadrante é retomado pela não equivalência entre as diversas bipartições.



1	Há traços e correspondem ao predicado vertical
2	Há traços que correspondem e que não correspondem
3	Há traços e não correspondem
4	Nenhum traço

Aqui a reunião do quadrante e das proposições:

Afirmção Universal	A	todo traço é vertical	Nenhum traço que não seja vertical	1 e 4
Negação Universal	E	todo traço é não vertical	Nenhum traço é vertical	4 e 3
Afirmção Particular	I	algum traço é vertical	Não todo traço não é vertical	1 e 2
Negação Particular	O	algum traço é não vertical	Não todo traço é vertical	2 e 3

Reunindo as determinações: a universalidade se dá pela reunião das casas 1 e 4, e das casas 4 e 3. As universais afirmativas A negativas E não são contrárias, porque na casa 4, elas não mais se excluem.

É preciso fazer incidir o não sobre a predicação [vertical] para compor a bipartição afirmativo-negativo e para sobre o sujeito [traço] no caso da bipartição universal-particular. Uma casa está excluída em cada bipartição. A casa 2 não apita na bipartição afirmativo-negativo e a casa 4 não apita na distinção universal-particular. Ou seja, a casa do sujeito tem como contraponto a casa que reúne os seres, os que sim e os que não.

Lacan encontra nisso uma oportunidade de desvencilhar o sujeito de qualquer *ousia* (substância ou indivíduo são termos aproximados para sua tradução): há sujeito sem ser, há sujeito funcionando não sendo.

Mas notem que é dentro de uma ordenação significativa como essa dos traços, onde se joga uma casa com outra, e todas as quatro, que se percebe um sujeito que funciona sem ser. Sem essa escrita, nada feito.

Ponto importante: a particular fomenta a ideia de existente, se o termo “algum” está em jogo, ele fomenta uma existência. Mas não é a proposição no nível particular o que vai implicar a pertinência do sujeito. Aqui estou evitando falar em existência do sujeito.

Na produção do predicado, Lacan retoma a construção dos silogismos. O silogismo é um encadeamento de idéias nessa estrutura de construção:

Todo homem é mortal

Sócrates é homem

Logo, Sócrates é mortal.

Esta particular [se há algum, então haverá outros, talvez mesmo todos] é boa para demonstrar o poder de atribuir existência a algo que pode em algum ponto não passar de uma casa vazia. Implicar homem no lugar de sujeito no silogismo é tendencioso, é conferir materialidade à particular, e produzir algo que não passa de pura suposição. Toda a demonstração do quadrante de Peirce condiz com a produção de um predicado onde no universal que lhe terá sido logicamente prévio, o sujeito fundamental possa ser um sujeito que escapa. Não é o caso de dizer de um sujeito ausente, porque no nível da universal esse sujeito parece “estar em todas” e ao mesmo tempo em nenhuma.

Essa discussão, essa distribuição não pode ser acompanhada sem o apoio desses escritos, dessas estruturas lógicas. Falar disso requer que a cada momento o quadrante seja considerado. São coisas que não se sustentam no sentido, são coisas que só se sustentam nessa máquina feita de letras.

Qual é o pulo do gato que está nessa discussão? Há uma verdadeira massa de indicações e entrecruzamentos que caminham todos no sentido de desconectar implicações que se encontram instaladas de forma imaginária, grande parte delas pelo poder da ideia de completude.

Está em jogo a questão de em havendo predicado “analista” se isso implicar em um *sujeito* consistente para ocupar esta função.

Não basta que uma proposição se enuncie no nível da particular para implicar de alguma forma a existência do sujeito, senão em nome de uma ordenação significante, quer dizer, como efeito de discurso. (p.137)

Para onde Lacan vai desviar esta produção do predicado, já que ele precisa preservar *esta* função do sujeito como puro corte sem substância?

YINVENTIO MEDII

Os termos que ele encadeia na construção do predicado são: analisante, objeto e *analista*. Numa espécie de *yinventio medii* deste [analisante-> analista] ele faz um encadeamento onde os termos que se articulam são os seguintes:

analisante objeto

objeto analista

analisante analista

Há um trabalho aqui para dizer como se articulam esses termos, até porque as temporalidades *aqui* não são as mesmas, mas esse encadeamento torna possível rever alguma necessidade de consistência do sujeito, e estabelecer a importância, a determinação do chamado termo médio, o objeto, lançado fora no final do processo.

O que se perde no processo, será disso que o analítico retirará sua força.

Os termos com que Lacan trabalha os silogismos na lição de 6 de março: “todos os homens são sábios” não são casuais, e também não é casual que ele vá logo em seguida dizer que este exemplo é humorístico. Se lembrarmos que o amor se instaura na comédia, e que há uma articulação entre amor, ser e saber..., se há amor de transferência...

O analista se faz é do objeto a, se constitui é do objeto a. No seminário mais ainda o objeto a é definido como o malogro. O malogro da relação sexual. Mas, ao mesmo tempo, esse jogo só pode se dar se houver esse sujeito suposto consistir e, em relação ao que nos falta, saber.

Então neste *gap* entre sujeito e predicação, neste hiato, só este objeto pode produzir uma boa resposta, a resposta que falta. Lacan fala muito que a função do analista é fazer a disjunção entre este objeto e o falo. Trata-se de uma falta que não se deixa enganar pela falta fálica.

Este *gap* não é tangível então de imediato, mas se há uma coisa que Freud privilegia e demonstra a potência, são as formas como as coisas **não** são encontradas: recalque, denegação, forclusão, lugares privilegiados na fala onde se mostra essa estrutura oca. Não pode ser então muito espantoso que Lacan vá forçar os quantificadores a produzir tudo o que ele dali retirou explorando suas articulações sob suas formas negativas.

Então para qualquer pessoa que se disponha a ler uma frase lógica do tipo nenhum x cumpre a função phi de x, que é uma frase tipicamente construída com os quantificadores, desconsiderar o *gap* que existe entre a primeira parte e a segunda é deixar escapar seu elemento mais vivo. O analista é aquele/aquilo que pode ler entre uma coisa e outra , entre quantificador de x e phe de x, o ponto.

É importante poder considerar então três termos a cada vez que essas fórmulas são acionadas, o que se passa no âmbito do sujeito, do predicado e o inabordável que tudo permeia. No âmbito do sujeito, onde há os quantificadores surgirá uma

questão que Lacan deixa em aberto, e que se refere a questão do universal e do particular. O que uma ciência do particular pode produzir de elementos universais? Seria melhor trazer para dentro dessa referência a ideia do singular? Como se alinham estes termos, então: universal, particular, singular?

Um destino vai ser dado ao uso destes operadores depois nas chamadas fórmulas da sexuação. Lá o que está em jogo é um desdobramento, a extensão de uma não relação. O não-todo, o quantificador-universal-na-forma-negativada vai ser elevado a um estatuto de letra. Para além desta “descontinuidade” já articulada entre sujeito e predicação, Lacan vai produzir uma escrita que atrita de cada lado, no lado homem e no lado mulher, em cada um duas frases lógicas que colocam algo de irreparável em sua conjunção, algo que impõe, mais uma vez, uma disjunção. O desafio ali é além de entender como cada lado é fendido, entender em que um lado também não se refere ao outro. Aqui eu estou seguindo algumas indicações do Le Gaufey. É importante manter uma suspeita de que o malogro do gozo fálico ilumine o Outro malogro.

A tendência lá, como em qualquer outro lugar, é reinstalar uma espécie de complementariedade que vai se apegar firmemente a uma especularidade. O recurso à letra é mais um dos recursos que Lacan encontrou para criar dispositivos que situam a fissura, porque o analista não poderia se contentar em estar informado quanto a uma incompletude do simbólico. A operação para sacar esse ponto requer estar situado (atopicamente) dentro de um jogo que é antes de tudo lógico, uma partida onde a garantia do ser dará, se tudo certo, em nada. Mas para jogar é preciso usar o baralho de que dispomos e tudo na partida analítica, adverte Lacan, é feito para encobrir o intervalo sobre o qual se dará um salto. E nesse jogo sempre se toma algum partido: defender o vazio que motiva o todo ou não evitar que o todo falhe.

O ato em si não pode funcionar como predicado. Para imputar o ato ao sujeito que ele determina convém reformular com novos termos toda a Yinventio medii: é nisso que se pode colocar à prova o objeto a .



Que podemos dizer de todo psicanalista, a não ser para evidenciar que ele, ao mesmo tempo, é nenhum?

Se, por outro lado, nada pode fazer com que exista um psicanalista senão a lógica cujo ato se articula em um antes e um depois, está claro que os predicados assumem aqui o domínio, contanto que eles sejam ligados por um efeito de produção.

Se o psicanalisante faz o psicanalista, ainda assim nada é acrescentado [nenhum ser], exceto a fatura. Para que seja devida, é preciso que nos assegurem que há do psicanalista, e é isso a que responde o objeto a .

O psicanalista se faz de objeto a. Se faz, a entender: se faz produzir; do objeto a: com o objeto a.

Essas afirmações roçam demais o lugar onde parecem tropeçar os quantificadores lógicos, para que não tenham esgrimido seu instrumento. Sentimos o ato analítico deixar em cacos a captação no universal a que é seu mérito não satisfazer.

Pois o que esse ato discerne é o caroço que faz o oco do qual se motiva a ideia do todo, ao circunscrevê-la na lógica dos quantificadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Lacan, Jacques: *Seminário 09, A Identificação*, lição de 17 de janeiro de 1962 - Edição não comercial do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

_____. *Seminário 15, O Ato Analítico*, lições de 24 de janeiro a 13 de março de 1968 – Edição não comercial da Escola de Estudos Psicanalíticos, 2001 – (usei a versão online de <http://staferla.free.fr/> para confrontar e resolver importantes problemas de tradução).

Le Gaufey, Guy. *El notodo de Lacan, Ediciones Literales ou Le Pastout de Lacan: consistence logique, conséquences cliniques*, Epel, 2007.

Iannini, Gilson. *Não há formalização sem restos: Frege com Lacan*. web: http://www.fafich.ufmg.br/estudoslacanianos/pdf/art03_n08_Gilson.pdf

Doumit, Elie. In: *Dicionário de Psicanálise*, tópico “Lógica”, editado por Pierre Kaufmann Ed JZH, 1996.

Miller, Jacques Alain – A Sutura

O ANALISTA EXISTE? ¹

Regina Steffen

Um ato é sempre uma ação significativa que desloca o sujeito de uma posição para outra. É a dimensão significativa que determina tratar-se de um ato.

Expostos à linguagem, estamos à mercê de seus atos e dos remanejamentos que eles determinam em nossa posição subjetiva. A própria entrada do sujeito na linguagem, já constitui ato: o ato da fundação subjetiva. Um ato falho também é um ato, pois muitas vezes revela uma verdade que nos constrange a admitir que estamos situados em lugar diferente do que acreditávamos estar. Falho, nesse caso, era nosso saber sobre aquilo que afirmávamos. Um ato de fundação também deixa evidente a transformação significativa que vem imprimir à realidade. Algo passa a existir depois e por causa dele. O casamento, por exemplo, é um ato que institui o marido e a mulher, onde antes existiam sujeitos solteiros. Todas essas mudanças são mudanças na posição subjetiva e se devem à potência criadora da linguagem.

Dentre todos os atos possíveis, há um que nos interessa de perto: o ato analítico. Uma análise consiste numa práxis na qual um sujeito (analisante) fala a outro (analista) expondo-se assim a atos de linguagem, cujo efeito é a modificação da posição subjetiva de ambos.

A modificação que o ato analítico opera atinge o sujeito-suposto-saber, sustentáculo da transferência, expondo com isso a verdade da condição humana: o saber inconsciente, ao qual o sujeito está assujeitado, é saber sem sujeito.

¹ Texto apresentado pela autora na **IV Jornada de Psicanálise da ACP: A passagem ao Ato... Analítico**, realizada em 30/11/2012, na sede da Associação Campinense de Psicanálise.

Barrado do saber, o sujeito agora se verifica dividido. A operação de destituição subjetiva que o ato analítico promove, reatualiza a castração, recolocando em cena seu produto. O objeto (a), fruto da castração, se mostra em sua inutilidade e cai como resto, dejetivo. O analista que até aqui sustentou o sujeito-suposto-saber, agora é simulacro do objeto (a) em sua queda.

Atingido este ponto, a análise expõe o impasse que a fantasia encerra por ser um dispositivo de encobrimento do real. A fantasia é um recurso que o neurótico usa para, uma vez constatada a castração, recobri-la com uma promessa de anulação possível. A castração se anularia pelo reencontro do objeto de completude, um objeto capaz de promover a relação sexual, ou seja, promover um encontro unificante que anularia o real do sexo, anulando a secção que produz corpos de um só sexo e nos incita, como no mito platônico, a seguir vida a fora procurando nossa outra metade. O mito serve ao encobrimento da castração, daí Lacan afirmar que o complexo constitutivo do humano é o complexo de castração, sendo o Édipo seu mito encobridor ².

Na fantasia, o objeto (a) adquire aspecto de objeto único, insubstituível na busca do gozo totalizante; objeto a ser reencontrado, custe o que custar. Daí o sofrimento que esse gozo esperado cobra ao neurótico. Mas, vale o sofrimento, calcula ele, porque se o gozo total se realizar, será o Outro em sua glória e plenitude que se apresentará diante dele. O Outro garantidor de um saber total, sem falhas, porto seguro do sujeito inteiramente escravizado ao Seu desejo.

A fantasia leva o sujeito a se identificar com esse objeto do Outro, oferecendo-se a ele em sacrifício. Essa é sua paixão, com tudo que o termo encerra de louco amor e sofrimento, como o sentido da paixão de Cristo revela - o filho que se entregou ao Pai em sacrifício para desfazer a falta do homem: amor supremo e gozo mortífero.

A análise vai na direção do âmago da fantasia que sustenta todos os neuróticos. O trabalho de análise, através da interpretação, precipita atos (efeitos de linguagem)

² Harari, R. *Por que não há relação Sexual?* p. 46.

que acabam por decantar completamente a estrutura fantasmática. Uma vez atingido esse ponto, o ato analítico descola o que a fantasia condensa e, desse modo, separa o objeto (a) de $-\phi$ (a castração). O objeto (a) cai e com ele, aquele que o simula (o analista atrás do divã). Essa queda equivale à descrença no sujeito-suposto-saber. Não é mais possível acreditar no Outro como lugar onde o saber gozar é total. Não é mais possível oferecer-se como objeto que, completando o Outro, produza o gozo absoluto pela anulação da falta. O sujeito agora não se identifica mais com o objeto (a) obturador da falta e sim com o sujeito barrado, encarnando, em seu próprio corpo, a castração do Outro. Ele reafirma sua castração ao afirmar a castração do Outro. E, com uma "libra de sua própria carne", constata que não existe Outro... que escape à essa Lei.

Esse seria o momento do final da análise, ponto no qual a transferência se desfaz com a destituição do sujeito-suposto-saber e com a queda do objeto (a) de sua condição de objeto privilegiado, único. Porém, o sujeito tem que se refazer, a fantasia tem que se recompor, a transferência se reinstaurar. A vida continua e os dispositivos que garantem sua operância devem ser restabelecidos. Embora todos esses mecanismos voltem a operar, nada mais será como antes. Chegado a este ponto o sujeito repete o ato de sua fundação subjetiva, porém repete com novação. Trata-se de uma repetição com diferença. A volta ao ponto originário não reproduz o mesmo percurso anterior, não sendo possível retornar ao ponto de origem e reencontrar o objeto perdido.

Neste momento outro ato tem lugar, trata-se de um re-ato. Assim Lacan o define no Seminário 15 - O Ato Analítico: "...ato sem qualificação, pois não o chamarei de humano, já que ele funda o homem a princípio, ou melhor, o refunda, ou o refunda a cada vez que o ato em questão, o ato simplesmente, o ato que não nomeio, tem lugar... o que não acontece com frequência".³

No fim da análise, depois do derradeiro ato analítico, o sujeito castrado, destituído do saber, passa ao ato... esclarecido, sendo por essa passagem refundado,

³ Lacan, J. *Seminário xv – O Ato Analítico*. Lição de 20/03/1968.

surgindo como sujeito advertido de sua castração, de sua incompletude, advertido da não existência do Outro.

Esse re-ato se faz por um salto no real. Salto que, violando a língua herdada, leva o sujeito a se inventar um nome, inventando um *sinthoma* onde antes operavam sintomas neuróticos. Inventar-se um nome não significa necessariamente mudar seu nome próprio, muito embora isso também ocorra muito frequentemente. Foi o que fez Freud, por exemplo, ao cortar o *is* de Sigismund. A razão profunda para essa alteração não é conhecida do sujeito que pode justificar-se de diferentes maneiras, porém, quando se segue a um ato de refundação subjetiva, tem o caráter de uma auto nomeação. Mesmo que a grafia do nome não seja alterada, um ato de refundação subjetiva implica que o nome pelo qual o sujeito é designado, agora designa um sujeito que responde de um lugar inédito, como se de um novo nome se tratasse. Para essa invenção, o mecanismo simbólico de remissão significante não é eficiente, pois este é o ponto em que o simbólico fracassa e experimentamos seu limite. Aqui o significante se representa a si mesmo prescindindo totalmente do sentido. O sujeito *se faz um* com o significante; ele é seu próprio significante. O nome que o designará doravante será inventado por ele através da heteronímia e não da metáfora, o que implica que o sujeito pode prescindir do nome-do-pai através desse ato que o desabona do inconsciente. Trata-se da invenção de novo representante da representação primitiva, totalmente sem sentido, como o são os nomes próprios. O significado desse nome caberá ao sujeito determinar por seus atos, por sua obra, por um fazer doravante operado por um desejo que Lacan nominou “desejo do analista”. O desejo do analista não é desejo do Outro, ele é desejo do UM, desejo da pura diferença. Isso é de molde a levar o sujeito a assumir seu destino programático. O fato de Lacan falar aqui que o sujeito “assume seu programa ⁴”, torna bastante evidente que a refundação subjetiva, viola a língua herdada, prescinde do nome do pai, porém servindo-se dele, ou seja, respeitando o enquadre prévio que essa marca primeira instituiu.

⁴ *Idem, ibidem*. Lição de 20/03/1968.

O salto no real que essa refundação exige, institui uma passagem; trata-se da passagem de analisante à analista que é efeito e causa ao mesmo tempo: o analista autorizar-se por si mesmo é decorrência lógica do ato de passagem e não decisão volitiva do sujeito da consciência.

Todavia, o ato analítico não qualifica o sujeito, não institui o analista. O analista só existe em ato. Ele é o próprio ato analítico. Ato sem sujeito, que consuma a queda do sujeito (suposto-saber) e cujo agente é o objeto (a) como falta eficiente e núcleo lógico da potência da linguagem. Disso decorre que o analista é ninguém, consistindo contrassenso lógico intitular-se analista.

A resignificação subjetiva que o ato promove não opera por uma ampliação do campo da significação. Não se trata de um alargamento do campo da consciência. A eficácia do ato está “ligada ao tempo, a um significante advindo no tempo certo”⁵: instante de ver que precipita o momento de concluir, abertura e fechamento do inconsciente pulsional, para além de sua dimensão relacional. O tempo do ato é o tempo lógico e não o cronológico. Tempo sincrônico (sem Kronos) que tão logo aparece já se foi... e com ele se vai o analista. O analista não perdura. “Não há psicanalisado, afirma Lacan, há um tendo sido analisante, donde só resulta um sujeito prevenido de que não poderia se pensar como constituinte de toda ação sua”⁶, ou seja, o sujeito depois desse ato de refundação está advertido de que sua ação nunca é toda sua, ele não é soberano em sua própria casa, estando irremediavelmente dividido.

E Lacan prossegue: “para conceber o que deve ser esse sujeito prevenido, não temos nenhum tipo que ainda exista...”, o que aponta para o fato que esse sujeito não perdura, não segue existindo. “Ele só é julgável em relação a um ato que está para construir, onde, reiterando-se a castração, ele se instaura como passagem ao ato, da mesma forma que seu complementar, a própria tarefa analítica, se reitera, anulando-se como sublimação.”⁷

⁵ Safouan, M. *Dix Conférences de Psychanalyse*. p.137.

⁶ Lacan, J. *Op. cit.* Lição de 20/03/1968.

⁷ *Idem, ibidem.* Lição de 20/03/1968.



A sublimação é o que vem tomar o lugar do trabalho analisante uma vez finda a transferência, agora convertida em transferência de trabalho. Aqui não se trata mais de fé no sujeito-suposto-saber, destituído com a queda do objeto (a). A sublimação opera com um objeto *qualquer*. Sua essência reside em desistir de buscar um objeto único, valendo-se de “algum objeto”⁸. É o “tudo, mas isso não”, expressão de um “não” inegociável que interdita definitivamente o gozo do Outro. Sublimação é reiteração do trabalho analisante.

Para alguns, essa reiteração assume a forma de uma renovação da própria experiência de análise. São aqueles que tendo chegado ao final de análise, decidem reiniciá-la, agora no lugar do analista, viabilizando o processo para um analisante. Mas, como manter-se nesse lugar de onde cada novo ato o destituirá? O analista é o analisante passando ao ato... analítico. Apenas a posição de analisante, de alguém que fala ao Outro, permite que o analista se institua em ato. Como voltar a ser analisante, uma vez terminada a análise, uma vez destituído o sujeito-suposto-saber e com ele encerrada a transferência? Será com a Escola, responde Lacan. Será numa instituição psicanalítica que, uma vez "tendo sido analisante", o sujeito restituirá agora o movimento transferencial, uma transferência de trabalho, portanto. Falando a seus pares, dedicando-se à transmissão da psicanálise, ao seu avanço, torna-se possível renovar a exposição aos atos de fala, únicos capazes de recolocar em cena o analista pelos atos de passagem. Donde se conclui que a análise termina, mas a formação, não. Ela é continuada, pois será apenas nesse âmbito que o sujeito advertido poderá renovar-se analista.

Na análise, aquele que se senta atrás do divã e sustenta a transferência até que um ato se faça, ocupa o lugar do sujeito-suposto-saber e, quando de sua destituição, revela-se simulacro do objeto (a). Ele é instrumento da análise e não seu agente.

⁸ Harari, R. *O que Acontece no Ato Analítico?* pág. 277.

Ocupando-se da transmissão junto a outros analistas, o sujeito advertido sublima. A sublimação (sucedâneo do trabalho analisante), é a expressão do saber fazer com o gozo que, de neurótico, passou a ser *sinthomal*. Gozo que não leva ao sofrimento e sim à satisfação, uma vez que deixou de ser paixão do objeto privilegiado, para se tornar um fazer. Agora o objeto é qualquer um e sendo assim terá que ser sempre outro, já que nenhum cumpre uma adequação perfeita. Esse movimento constante que a sublimação exige torna o sujeito produtivo, pondo seu desejo em movimento.

É preciso destacar que o final da análise atinge a topologia psíquica em dois pontos diferentes. Por um lado, refunda o sujeito, com o que roça o real. Por outro, produz novo arranjo no simbólico onde a sublimação vem ordenar a relação do sujeito com o objeto. O momento de refundação subjetiva nada tem de sublimatório. O re-ato é ação simbólica no real. Seu produto é a unificação do sujeito com seu significante mestre. Trata-se aqui de fazer um e não de sujeito dividido. A ressubjetivação à qual a análise leva, produz o ser, antes da busca insaciável do sentido⁹. A fantasia violada pelo ato analítico se reconstrói, todavia; e a busca de sentido recomeça. A vida humana se desenrola em palco simbólico. Roçar o real é coisa rara, possível em momentos que tão logo se apresentam, já passaram. O real jaz fora, marcando o limite do alcance simbólico, do alcance do saber. Sublimar será agora um modo de dar sentido ao sujeito refundado: o que seu nome próprio significa? Seu fazer lhe dará sentido, sua obra o definirá. O gozo sublimatório é gozo disponível para o sujeito advertido, já que o gozo neurótico do sintoma não o seduz mais. A sublimação opera no simbólico, a partir de articulações simbólicas cujo modelo é a fantasia que, agora, articula o sujeito (advertido de sua irredutível divisão) a um o objeto qualquer.

Se um tal sujeito decide recomeçar a análise, agora como instrumento dela, esse ato não será sublimatório, posto que na análise, o analista não conta como sujeito. Alí sua eficácia advém daquilo que ele simula. Ele encarna o sujeito-suposto-saber, mas apenas como embuste, sustentando o que ele já sabe não existir. Trata-se de

⁹ Harari, R. *Op. cit.*, pág. 290.

manejo transferencial capaz de mostrar outra simulação do analista: o objeto (a), verdadeiro agente da castração a ser reiterada pelo analisante - único sujeito em questão numa análise.

Como simulacro do objeto (a), o analista transita por território feminino.

A mulher lida com a castração simulando a posse do objeto (a) que o desejo do homem lhe impõe. Se o homem a deseja é por atribuir-lhe a posse desse objeto. A relação sexual ensina à mulher a “*potência do embuste*”¹⁰: simular o objeto tem o poder de mobilizar o desejo, de fazer desejar. Já o homem, o que ele verifica pelo ato sexual, é a “*verdade da impotência*”¹¹. O ato sexual leva-o a constatar sua impotência em saber sobre o Outro sexo uma vez que atingido o ápice, o que ele encontra é a detumescência fálica, a perda da potência, sua castração reconfirmada: ele não saberá como totalizar um gozo cujo saldo não seja a perda.

Quanto ao que é do saber, diz Lacan, a mulher está em vantagem sobre o homem. Embora tampouco ela alcance no ato sexual o objeto de sua completude, ela experimenta a potência. Com ela o real não resvala na completa impotência, como para o homem. A mulher sabe fazer desejar. Sua autoridade é do tipo que dá passagem e permite que algo aconteça. A autoridade masculina se exerce pelo controle, pela autorização/proibição¹², por todas as versões da interdição fálica, única marca que sua sexualidade conhece. A mulher em relação ao fálus simbólico, é não toda.

O homem exerce a lei fálica de interdição, propagando a verdade da impotência. A mulher exercita a potência do simulacro que não é outra do que a própria potência criadora da linguagem. A linguagem é, em si, simulação, engodo. Ela representa o que não está lá, tornando presente o ausente. A palavra dá vida e faz existir o que não existia antes dela: no começo era o verbo. A linguagem cria o começo. Esse poder é feminino e reside no embuste.

¹⁰ Lacan, J. *Op. cit.* Lição de 27/03/1968.

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² Focchi, M. *Una declinazione femminile dell'autorità.* Texto apresentado no VIII Congresso da AMP. *El Orden Simbolico en el Siglo XXI.* Buenos Aires, 2012.



Naturalmente não se trata aqui de uma intenção expressa de enganar, ludibriar, mas da impossibilidade de falar senão pelo engano. Como o fingir do poeta, que não tem como falar de sua dor, senão fingindo a dor que deveras sente.

É interessante pensar os modos diferentes de tratar o real evidenciados no homem e na mulher. O homem, representante da lei fálica de interdição, integralmente implantado no simbólico, nomeia através da metáfora. Esse mecanismo se vale das relações entre significantes, em vigência no território simbólico. Um significante substituindo outro, eis a fórmula da metáfora, mecanismo linguístico operante na lógica da remissividade do simbólico. A castração resultante da operação metafórica empreendida pelo significante Nome-do-Pai se salda pela instituição da fantasia fundamental que sustenta a fundação subjetiva. Tal fantasia articula o sujeito castrado com um objeto (a) que acena para a reversão da castração, vindo esse objeto a obturar a falta que a castração produziu. O caráter obturador que a fantasia fundamental encerra, impede o deslizamento do desejo que se congela num sintoma neurótico. Com diferentes graus de severidade, o saldo da castração do período edípico, resulta numa solução sintomática como estratégia de enfrentamento do real do sexo. A análise conduz o analisante a confrontar-se com esse ponto de impasse, de bloqueio, que a fantasia representa.

O ato analítico, veiculando um significante no momento preciso, precipita um relato de fundação subjetiva. A marca significante primeira representa-se de novo e por ser apenas representação da Coisa, e não a Coisa, reintroduz-se a negatividade, o “não” primitivo e radical, inegociável, que atesta a forclusão na qual radica a linguagem. É a falta em sua potência criadora, capaz de criar uma torção na posição subjetiva tal que o objeto (a) cai como resto a ser descartado. A nova posição subjetiva que aqui se instaura é a de um sujeito advertido de sua condição castrada. A fantasia que se articula a partir deste ponto de refundação subjetiva, é sublimatória. O desejo tem agora uma estrutura diferente do que tinha antes. O chamado desejo do analista, tem a capacidade de dar passagem, de fazer desejar, o que exprime a maneira da mulher de enfrentar o real.



Mulher e homem aqui não designam as pessoas de um ou outro gênero sexual. Tratam-se de diferentes modos de gozo que evidenciam diferentes lugares lógicos na sexuação. Ser homem significa ocupar um lugar inteiramente ordenado pelo significante fálico da castração. Transitando totalmente na lógica remissiva do significante, ele não faz senão experimentar o limite desse campo, o limite do saber. Ser mulher, é também estar aí implantada, afinal nenhum ser humano está fora da linguagem. Porém, por não ser homem, a mulher é não toda fálica. Isso lhe garante um saber mais ampliado que o do homem. Ela roça o real e lá encontra a linguagem em sua essência lógica: pura simulação, representação da Coisa, mais nada. Essa possibilidade de transitar para além do tamponamento da fantasia e assim revelar no sem sentido, que se verifica na mulher, é a mesma capacidade que o sujeito advertido adquire e que o habilita a conduzir outros pelos caminhos da análise. Também ele conheceu a potência da mentira, estando agora pronto para extrair de seu manejo o fruto da análise.

É no embuste, na simulação que a análise se sustenta. A transferência, definida por Lacan como “a colocação em ato da realidade sexual do inconsciente”¹³, apoia-se na crença de um sujeito-suposto-saber que o analista sustenta apesar de saber não existir, mas que o desejo do analisante lhe impõe. Ao fazer isso, o analista simula o objeto (a). Estrutura em tudo idêntica à da mulher.

Como A Mulher, o analista não existe. Quem quer que pretenda assumir esse lugar atrás do divã precisará, para renovar seus atos de passagem, falar a outros que o escutem (analiticamente). Não existe para esse sujeito outra possibilidade, senão a pertença a uma instituição de psicanálise, lócus de sua formação continuada.

¹³ Lacan, J. *Le Seminaire Livre XI – Les Quatre Concepts Fondamentaux de la Psychanalyse*. Pág. 159.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Dunker, C.I.L. *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica – Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. Annablume Ed. São Paulo, 2011.

Focchi, M. *Una Declinazione femminile dell'autorità*. Exposição oral no VIII Congresso da AMP – *El Orden Simbolico en El Siglo XXI*. Buenos Aires, 2012.

Lacan, J. *O Ato analítico – Seminário XV*. Inédito.

Idem, Le Seminaire Livre XI – Les Quatre Concepts Fondamentaux de La Psychanalyse. Seuil, Paris, 1973.

Harari, R. *O Que Acontece no Ato Analítico? – A Experiência da Psicanálise*. Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 2001.

Idem, Uma Introdução aos Quatro Conceitos fundamentais de Lacan, Papyrus Editora, Campinas, 1990.

Idem, Por Que Não Há Relação Sexual? Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 2006.

Lemos, M.T. *Transferência – Algumas Reflexões sobre o Seminário XI*. Palestra proferida na ACP, Campinas, 2012 (texto inédito).

Martinez, C. S. *Quantificadores em Jacques Lacan*. Palestra proferida na ACP, Campinas, 2012 (texto publicado nesta edição de aCarta).

Safouan, M. *Dix Conférences de Psychanalyse*. Fayard, Paris, 2001.

Torres, R. *Dimensões do Ato em Psicanálise*. Annablume Editora. São Paulo, 2010.